



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Licenciatura

Unidade curricular

Direito Fiscal- Turma de dia

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Ana Paula do Valle-Frias de Madureira e Piedade Dourado- 2 horas

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Paula Rosado Pereira – 6 horas

Nuno Oliveira Garcia – 4 horas

Sónia Reis – 8 horas

Sérgio Alves – 6 horas

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Esta unidade curricular pretende transmitir os fundamentos do Direito Fiscal, parte geral, com uma forte incursão nos impostos, em especial, nos impostos sobre o rendimento. O aluno adquire os instrumentos básicos da disciplina do ponto de vista dogmático com alguma componente de política fiscal: o seu objeto, a relação jurídica tributária, os princípios constitucionais, os impostos que constituem o sistema fiscal português, as influências do Direito Europeu e da OCDE, e os temas fiscais mais controversos e que trazem os mais complexos litígios aos nossos tribunais, tais como dedutibilidade de gastos, tributação autónoma, métodos indiretos, aplicação da cláusula geral antiabuso. O aluno fica apto a um estágio profissional em matérias tributárias ou à frequência de um mestrado científico ou de Direito e Prática jurídica em matérias fiscais.

Conteúdos programáticos

- I. Introdução
Caracterização do Direito Fiscal e Princípios Estruturantes
O Direito Fiscal Geral e os Direitos Fiscais Especiais
- II. Os Tributos
Conceito de Tributos
O Sistema Fiscal e Tipos de normas
Os Impostos: Conceito e elementos essenciais
Classificações e sistema fiscal constitucional escrito e em ação
As Taxas
As Contribuições financeiras
- III. A Relação Jurídica Tributária
Sujeitos
Categorias
Contribuinte, substituto e substituído
A Responsabilidade tributária
Promotores e utilizadores de esquemas de planeamento fiscal agressivo



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Sucessão tributária
Constituição, alteração e extinção da relação jurídica tributária
IV. Princípios constitucionais formais e materiais
V. O Princípio da legalidade fiscal
A reserva de lei fisca: justificação, reserva de lei competencial e princípio da tipicidade fiscal
VI. O Princípio da proibição da retroatividade fiscal
Conceito, leis procedimentais e substantivas
Retroatividade e retrospectividade
A proteção da confiança
VII. O Princípio da igualdade fiscal
O princípio da capacidade contributiva
Impostos confiscatórios
VIII. O Princípio da tributação do rendimento real
Rendimento real e deveres declarativos e de cooperação
Dedutibilidade de gastos
Dedutibilidade de juros
Métodos diretos e indiretos
Tributação autónoma
IX. O Princípio da praticabilidade
Presunções inilidíveis e tipificações
Ónus da prova
X. A Interpretação das leis fiscais
Regras gerais
Conceitos importados
O art. 11. Da LGT
Indeterminação legal e analogia
XI. A Elisão ou abuso fiscal, evasão e fraude fiscais e planeamento fiscal agressivo
Segurança jurídica e justiça fiscal
Planeamento fiscal, evasão planeamento fiscal agressivo e elisão fiscal
Cláusulas gerais antiabuso e cláusulas específicas antiabuso

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos permitem a formação nas questões transversais de Direito Fiscal – Parte Geral, com incursão em alguns dos impostos estruturantes do nosso sistema fiscal.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

As aulas teóricas estão em estrita conexão com as aulas práticas, existindo um trabalho conjunto dos vários elementos da equipa que permite com eficácia a transmissão de conhecimentos, partindo predominantemente do caso concreto, jurisprudencial ou hipotético, para a construção dogmática.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A metodologia prosseguida permite uma aprendizagem intensiva do aluno, permitindo-lhe o acesso a estágios na área.

Bibliografia principal

- Ana Paula Dourado, Direito Fiscal, Lições, Almedina, Coimbra, 2018, 3.^a edição
- Ana Paula Dourado, O Princípio da legalidade fiscal, tipicidade, conceitos jurídicos indeterminados e margem de livre apreciação, Coimbra, 2007, capítulo I (para a matéria do



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

princípio da legalidade fiscal)

- José Casalta Nabais, Direito Fiscal, Almedina, Coimbra, 2016
OU
- J. L. Saldanha Sanches, Manual de direito Fiscal, 3. Ed., Coimbra, 2007
- Paula Rosado Pereira – Manual de IRS, Coimbra, 2018

Jurisprudência anotada recomendada

Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal

“Novamente a questão da retroactividade da lei fiscal no campo da tributação autónoma de encargos (comentário ao acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, processo n.º 0281/11, de 6 de julho de 2011)” (a publicar - Ano IV, n.º 3 – Outono 2011), por PAULA ROSADO PEREIRA;

“O princípio da não retroactividade da lei fiscal no campo da tributação autónoma de encargos (comentário ao acórdão n.º 18/2011 do Tribunal Constitucional de 12/01/2011 – processo n.º 204/2010)” (Ano IV, n.º 2 - Verão 2011), por PAULA ROSADO PEREIRA;

“Novamente a questão da retroactividade da lei fiscal no campo da tributação autónoma de encargos (Comentário ao Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, Processo n.º 0281/11, de 6 de julho de 2011, 2.ª secção”, Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal, n.º 3, Outono de 2011 por PAULA ROSADO PEREIRA;

“Cláusula Geral Anti-Abuso – Opus I: Comentário ao Acórdão n.º 04255/10 do Tribunal Central Administrativo Sul (2.ª Secção) de 15 de Fevereiro de 2011 (Rel. José Correia)” (Ano IV, n.º 2 – Verão 2011), por NUNO OLIVEIRA GARCIA e JOSÉ ALMEIDA FERNANDES;

“Simulação Absoluta de Negócio Jurídico e Imposto do Selo” (Ano IV, n.º 1 – Primavera 2011), por GUSTAVO LOPES COURINHA;

“Concorrência da Diferença Negativa Entre as Mais-valias e as Menos-valias Realizadas Mediante a Transmissão Onerosa de Partes de Capital em Metade do seu Valor (comentário ao Acórdão n.º 85/2010 do Tribunal Constitucional)” (Ano III, n.º 3 – Outono 2010), por NUNO OLIVEIRA GARCIA e ANDREIA GABRIEL PEREIRA;

“Acórdão STA, de 18/09/2008 – Ofertas de pequeno valor em IVA e o Princípio da Legalidade Fiscal” (n.º 4, ano I – Inverno 2009), por GUSTAVO LOPES COURINHA;



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

“Ainda a propósito da tributação dos trabalhadores portugueses na Alemanha – algumas notas” (Ano I, n.º 1 – Primavera 2008), por GUSTAVO LOPES COURINHA.

Fiscalidade

“A tributação dos cidadãos portugueses trabalhadores no estrangeiro à luz do artigo 15º do Modelo de Convenção OCDE” (n.º 17 – Janeiro 2004), por GUSTAVO LOPES COURINHA;

“E assim começou a história... a aplicação jurisprudencial da Cláusula Geral Anti-Abuso” (n.º 44 – 2011), por GUSTAVO LOPES COURINHA.

Ciência e Técnica Fiscal

- “Comentário aos Acórdãos do Tribunal Constitucional n.º 20/2003 e n.º 515/2003 (Taxa de Ocupação do Subsolo)” (n.º 416, Dezembro 2005), por NUNO OLIVEIRA GARCIA;
- “Anotação de acórdão do Supremo Tribunal Administrativo - Caso DEFINT: IRC, relações especiais” (n.º 402, Abril/Junho de 2001), por PAULA ROSADO PEREIRA

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR RECOMENDADA:

BIBLIOGRAFIA CITADA NO DIREITO FISCAL, LIÇÕES (ANA PAULA DOURADO) A PROPÓSITO DE CADA CAPÍTULO DO PROGRAMA

Outra Bibliografia recomendada, de docentes da equipa de Direito Fiscal:

Nuno Oliveira Garcia

Sobre as incertezas da natureza das propinas e suas consequências nas garantias dos contribuintes – Comentário ao Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 22 de Abril de 2015 (Processo n.º 01957/13), Pleno da Secção do Contencioso Tributário (Relatora Conselheira Dulce Neto), in *Revista de Finanças Públicas e de Direito Fiscal*, Ano VIII.2 (2015);

«Rico mas não tanto... Comentário ao Acórdão n.º 0358/12 do Supremo Tribunal Administrativo», in *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, Ano V.11 (2012)

«Tributação pelo Lucro Consolidado. Comentário ao Acórdão n.º 012/12 do supremo Tribunal Administrativo», in *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, Ano V.03 (2012);



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

«Dupla Tributação e Dupla Oneração por Taxas Locais. Comentário ao Acórdão n.º 0363 do Supremo Tribunal Administrativo» in *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, Ano III.01 (2011)

«Prejuízos, Menos e Mais-Valias – Casos de Aplicação de Normas Anti-abuso Específicas do Código do IRC» in *Fiscalidade*, n.º 29 (2007);

«Preços, Tributos e Entidades Reguladoras Independentes: o Caso do Sector da Electricidade» in *Ciência e Técnica Fiscal*, n.º 418 (2006);

«Isenção de Tarifa Municipal – Taxa – Vigência de isenção atribuída em 1955 – Anotação ao Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 6 de Outubro de 2004», in *Ciência e Técnica Fiscal*, n.º 416 (2005);

Paulo Marques

Constituição, Legalidade e Tipicidade Tributária, *Revista do Ministério Público*, n.º 146 (Abril-Junho 2016).

A (In)constitucionalidade da Tributação Autónoma: Reflexões sobre a Jurisprudência Constitucional (em co-autoria com o Mestre Rui Marques), *Revista Portuguesa de Contabilidade*, Vol. VI, n.º 21, (2016).

O Princípio Constitucional da Tributação das Empresas segundo o Rendimento Real: Do Mito à Realidade (em co-autoria com o Prof. Doutor Joaquim Miranda Sarmiento), *Jornal de Contabilidade*, Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade (2016).

A Responsabilidade Tributária Subsidiária dos Gerentes e a Repartição Interna de Tarefas na Sociedade Comercial – Comentário de Jurisprudência, *Revista de Finanças Públicas e de Direito Fiscal*, n.º 4, Ano VIII, Faculdade de Direito de Lisboa, IDEFF/Almedina (Julho 2016).

”Todo o Negócio quer Dinheiro” - A tributação das manifestações de fortuna e dos acréscimos patrimoniais não justificados, *Revista do Ministério Público*, n.º 139, (Julho-Setembro, 2014).

A (Ir)responsabilidade dos Gerentes de Direito pelas Dívidas Tributárias, *Revista de Direito das Sociedades*, Ano V, n.º I/II, Faculdade de Direito de Lisboa, Almedina, Coimbra (2013).

Responsabilidade Tributária dos Gestores e dos Técnicos Oficiais de Contas — A Reversão do Processo de Execução Fiscal, Coimbra Editora, Coimbra (2011).



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Paula Rosado Pereira

Arrendamento e Direito Fiscal, in AAVV - *Temas de Direito do Arrendamento* - Cadernos O Direito n.º 7, Almedina, Coimbra, 2013;

Portugal's new tax rules for investment companies, Tax Notes International, vol 78, n.º 13, 29 junho 2015;

The material scope of tax arbitration, in AAVV, *The Portuguese Tax Arbitration Regime*, Almedina, 2015.

REVISTAS A CONSULTAR

CADERNOS DE CIÊNCIA E TÉCNICA FISCAL

FISCO

FISCALIDADE

INTERTAX

REVISTA DE FINANÇAS PÚBLICAS E DIREITO FISCAL

PÁGINAS DA INTERNET E BLOGUES

WWW.AFP.PT

WWW.CIDEFF.PT

WWW.DGCI.MIN-FINANCAS.PT

WWW.DGSI.PT

WWW.EATLP.ORG

WWW.EUROPA.EU

WWW.GREIT-TAX.EU/BLOG

WWW.IBFD.ORG



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

WWW.ITDWEB.COM

WWW.OECD.ORG

[HTTP://TAXPROF.TYPEPAD.COM/TAXPROF_BLOG](http://TAXPROF.TYPEPAD.COM/TAXPROF_BLOG)

[HTTP://DIREITOFISCALNOQUARTOANO.BLOGSPOT.COM](http://DIREITOFISCALNOQUARTOANO.BLOGSPOT.COM)

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.